



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1008604-93.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE**
 Requerida: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**
 Data da audiência: **16/12/2014 às 15:30h**

Aos 16 de dezembro de 2014, às 15:30h, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Paulo César Scanavez, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam a requerente e sua advogada, Dra. Alethéa Patricia Bianco Moretti; a advogada da requerida, Dra. Aneliza de Chico Machado (fl.88). Proposta a conciliação, foi a mesma rejeitada pelas partes. O Juiz proferiu a seguinte sentença: "MARIA CRISTINA NUNES DE ANDRADE move ação em face de BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, alegando que a ré deixou de dar baixa da parcela de nº 17, vencida e paga no dia 10/06/2014, do contrato de financiamento nº 1214500053226/171053617, cujo valor mensal da parcela é de R\$ 514,48. Não conseguiu pagar a parcela vencida em junho/14, entrou em contato com a ré e esta lhe mandou o boleto com os acréscimos moratórios no valor de R\$ 597,47, com vencimento para 04/07/14. A autora pagou esse valor, mas seu nome foi negativado no SCPC e SERASA. Entrou em contato com a ré, por várias vezes, chegou a lhe mandar notificação demonstrando o pagamento, mas mesmo assim seu nome continuou negativado, o que lhe causou danos morais. Pede o reconhecimento judicial do pagamento da parcela vencida em 10/06/14, a exclusão das negativações supra, proibindo-se a ré de promover a busca e apreensão do veículo, compelindo-a a lhe remeter os boletos das parcelas subsequentes, condenando-a ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00, além de honorários advocatícios e custas. Exibiu documentos. A ré foi citada e contestou alegando que não agiu de modo ilícito, não realizou cobrança indevida ou vexatória, agiu no exercício regular de seu direito, não causou danos morais à autora. Esta não se desincumbiu do ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito. Não teve culpa em relação aos fatos ocorridos e a cobrança da dívida do empréstimo foi lícita. Se existiu algum fato que pudesse levar a autora a suportar dissabor, tal fato adveio de sua própria conduta. Não aprova do dano moral sofrido e da sua extensão. Legítima a negativação do nome da autora nos cadastros restritivos de crédito. Improcede a demanda. Houve réplica. Debalde a tentativa de conciliação. É o relatório. Fundamento e decido. Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inc. I, do art. 330, do CPC. A autora não pagou a parcela de nº 17 do financiamento firmado com a ré, cujo vencimento se deu em 10/06/14, no valor de R\$ 514,48. Acontece que dias depois entrou em contato com a ré para efetuar o pagamento dessa parcela vencida. A ré acrescentou ao valor nominal da prestação que era de R\$514,48, o valor dos encargos moratórios, fazendo com que a prestação alcançasse o importe de R\$597,47. A ré, por descuido próprio, enviou para a autora boleto (fl. 14) em nome de uma HOMÔNIMA da autora (embora o nome desta tenha em sua composição o nome familiar "Nunes"), mas o valor e a data prorrogada do vencimento estavam corretos, pelo que a autora não teve dúvida e pagou esse valor no dia 04/07/14 (fl. 15), e, na sequência, enviou esse recibo por FAX à assessoria jurídica da ré, cujo nº do telefone-FAX utilizado é o da própria referida assessoria. Acontece que a ré negativou indevidamente o nome da autora na SERASA (fl. 34) no dia 25/07/14, e no SCPC no dia 21/07/14, conforme fl. 16, não tendo prestado atenção ao e-mail de fl. 17 que a advogada da autora encaminhou à assessoria jurídica da ré. Deste modo, embora a ré tenha recebido o valor da prestação nº 17, cujo vencimento originária era 10/06/14, notificou extrajudicialmente a autora (fl. 18) para constituí-la em mora, visando recuperar a propriedade plena do veículo objeto da garantia fiduciária,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pelo que reconhece que a ré causou danos morais à autora, apesar de recebido o seu crédito. Anoto ainda que a negativação do nome da autora na SERASA se deu pelo saldo devedor de R\$ 16.463,36. O dano moral emergiu automaticamente com o fato da negativação injusta do nome da autora em ambos os cadastros restritivos de crédito, que ocorreram depois do pagamento da prestação (04/07/14). Configurou-se pois o dano moral para a autora, atingida que foi nos seus direitos de personalidade, especificamente no de sua dignidade. O STJ tem jurisprudência pacífica no sentido de que em caso de injusta negativação a ocorrência do dano moral se dá in re ipsa, isto é, dispensa a produção de prova do prejuízo: AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.386.739-SP; REsp 1.105.974/BA; AgRg no REsp 1.075.202/SP; REsp 1.059.663/MS; REsp 786.239/SP. O STJ tem ainda definido parâmetros para a estipulação da compensação por danos morais, a fim de torná-la a mais adequada possível, sem, no entanto, estabelecer qualquer tipo de tarifação de valores, conforme destacado no v. Acórdão proferido no REsp nº 663.196/PR: "é da essência do dano moral ser este compensado financeiramente a partir de uma estimativa que guarde alguma relação necessariamente imprecisa com o sofrimento causado, justamente por inexistir fórmula matemática que seja capaz de traduzir as repercussões íntimas do evento em um equivalente financeiro". Arbitro a indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00, suficiente para compensar a afronta cometida pela ré à autora, indiferente à dignidade da consumidora, como servirá de desestímulo para a ré não reincidir nessa conduta. Fixar em valor menor não deixaria de ser um incentivo à costumeira indiferença da ré em casos semelhantes, bastando conferir a quantidade de ações ajuizadas contra ela perante a Justiça Comum de São Carlos e o JEC. **JULGO PROCEDENTE a ação** para reconhecer que a autora pagou à ré a prestação vencida em 10/06/14, pelo que confirmo a decisão concessiva da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, que determinou o cancelamento de ambas as negativações, pelo que condeno a ré a pagar indenização por danos morais à autora no valor de R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês, contados da citação, 15% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação e custas do processo. Depois do trânsito em julgado, a autora terá 10 dias de prazo para formular requerimento da fase de cumprimento, nos termos do art. 475-B e J, do CPC. Findo esse prazo e desde que apresentado o requerimento, o cartório aguardará a fluência do prazo de 15 dias para a executada pagar espontaneamente a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, e na sequência dará vista à exequente para indicar bens do executado aptos à penhora. A Financeira requerida tem 5 dias para comprovar o recolhimento da CPA, referente ao substabelecimento de fl. 88. Publicada nesta audiência, registrada, saem os presentes intimados. - *Cópias deste termo de audiência, assinado eletronicamente pelo Juiz, estão sendo impressas e serão assinadas fisicamente pelos presentes (escrevente, partes, advogados/defensores, procuradores, etc) e entregues aos advogados/defensores das partes, sendo que eventuais contradições na transcrição devem ser suscitadas oralmente no momento da realização deste ato (assinatura física), sob pena de preclusão, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 169 do CPC, dispensando-se a digitalização do termo* - NADA MAIS. Eu, _____ Rosana Gomes Scanavez, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz (assinatura digital):

Requerente: (Maria Cristina)

Adv^a. Requerente:

Adv^a. Requerida (BV):